



## A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gisleine Cristina da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Este estudo sistemático teve como propósito investigar a educação escolar de crianças com TEA em idade de educação infantil. A justificativa deste estudo envolve as dimensões acadêmico-científica, pessoal, pedagógica e social. O presente estudo é de natureza teórica e pauta-se por uma revisão bibliográfica em que pretendeu-se basear em autores que problematizam e discutem o assunto em pauta. E, os procedimentos metodológicos envolveram leituras e estudos de textos sobre tais temáticas. A fundamentação teórica desse estudo baseia-se nos pressupostos da concepção Histórica Cultural defendida por Vygotsky (1991) que estuda especificamente o desenvolvimento humano com base em suas relações sociais. E Wallon (1975) que defende que a afetividade e a inteligência da criança devem caminhar juntas. Como resultado verificou-se que a inclusão da criança com TEA na educação infantil além de possível é extremamente importante uma vez que contribui significativamente no desenvolvimento integral de todas as crianças independente de terem o TEA ou outra condição uma vez que a Educação Infantil é uma etapa proeminente na medida em que proporciona na criança desenvolver-se integralmente. Conclui-se que o contexto familiar e escolar são os que mais influenciam na formação dos traços de personalidade da pessoa e no desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, desenvolvimento, educação infantil, inclusão

### INTRODUÇÃO

O presente estudo foi movido por inquietações que despertaram o interesse em aprofundar o assunto no que toca a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil. Desse modo, trata-se de um estudo sistemático e teve como propósito investigar a educação escolar de crianças com TEA em idade de educação infantil.

Os questionamentos que nortearam o estudo foram formulados nos seguintes termos: Quais as principais características das crianças com autismo? Qual o papel do Centro de educação infantil na inclusão de crianças com TEA de modo a contribuir significativamente no seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social? De que modo o professor de educação infantil pode contribuir para a inclusão da criança com TEA no universo da educação infantil?

A busca de resposta para estas questões está fundamentada em pressupostos da Teoria Histórico Cultural de Vygotsky (1991) que diz que o desenvolvimento humano é totalmente

---

<sup>1</sup>Graduada em em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá – Pr e Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual de Maringá – gisleinesilva22@hotmail.com.



baseado nas relações sociais do sujeito e teoria de Wallon (1975) que defende que a afetividade e a inteligência da criança devem caminhar juntas.

Assim sendo, partimos da ideia de que o universo da educação infantil contribui de maneira significativa para o desenvolvimento global das crianças tidas como típicas, bem como das crianças com TEA ou outra condição uma vez que a Educação Infantil é uma etapa relevante da vida infantil, pois possibilita a criança desenvolver-se de forma global. E, por isso o papel da escola e do educador é essencial no processo educativo.

São apresentadas diferentes dimensões para justificar este estudo, tais como: acadêmico-científica, pessoal, pedagógica e social. Do ponto de vista acadêmico-científico tem-se como justificativa a relevância da revisão da literatura selecionada para os estudos. Em relação ao ponto de vista pessoal este estudo vem contribuir para o entendimento e o esclarecimento de alguns questionamentos das autoras relacionadas à profissão como educadora infantil num centro municipal de educação infantil e como uma pessoa com suspeita de diagnóstico de TEA na idade adulta.

Na perspectiva pedagógica ele pode contribuir na medida em que se possa sensibilizar o docente no sentido de perceber a dimensão do seu papel como educador de crianças pequenas, bem como, o seu dever de contribuir com a inclusão de crianças com TEA na educação infantil. E no aspecto social, tal estudo pode favorecer as reflexões a respeito da importância da inclusão das crianças com TEA no universo da educação infantil para seu desenvolvimento global.

Para efeitos de sistematização, o presente texto está organizado em três partes, porém articuladas entre si, sendo que na introdução discute-se a temática no geral e é apresentado o objetivo do estudo, a problematização e a justificativa. Na segunda parte é apresentado o desenvolvimento do estudo, que se constitui nos seguintes tópicos: Histórico e Conceituação do Transtorno do Espectro Autista, Desenvolvimento humano na Concepção da Psicologia Histórico-Cultural, Desenvolvimento Infantil e o Transtorno do Espectro Autista sob a Perspectiva Histórico-Cultural e Inclusão da Criança com TEA na Educação Infantil. E a terceira parte refere-se às considerações finais.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é de natureza teórica, ou seja, pretende basear-se em autores que problematizam e discutem sobre o assunto. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de material já elaborado, compostos principalmente de livros e artigos



científicos. Na mesma perspectiva Gerhardt e Silveira (2009, p. 37) afirmam que para Fonseca (2002, p. 32) a “pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Os procedimentos metodológicos envolveram seleção da literatura básica, fichamento das obras selecionadas, participação em encontros de estudos, discussões e reflexões com a orientadora e elaboração da redação em forma de trabalho de conclusão de curso.

## **HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

A terminologia “autismo” segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012) vêm do grego “autos” cujo significado é “voltar-se para si mesmo”. A primeira pessoa a usá-la foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler no ano de 1911, para referir-se a características de pessoas com esquizofrenia no que se refere ao isolamento social dos sujeitos com tal condição.

E em 1943, o psiquiatra infantil austríaco Leo Kanner divulgou um estudo no qual estudou 11 crianças que apresentavam um isolamento extremo desde o nascimento, apego a rotinas, predileção por objetos inanimados e ecolalia imediata ou tardia. Num primeiro momento ele afirmou que estes sintomas seriam inatos nessas crianças.

Nesse contexto, Biasão (2014) relata que, em 1944, Hans Asperger tratou um grupo de quatro sujeitos todos do sexo masculino que tinham grande dificuldade com a interação social, interesses restritos e específicos, inteligência normal e vocabulário extenso e rebuscado. Desse modo, para descrever a pobreza da socialização também conceituou como autismo.

Posteriormente, segundo Lopes (2017) em 1967 com a publicação da obra “A Fortaleza Vazia” o psicanalista Bruno Bettelheim, defendeu a ideia de que o autismo trata-se de um mecanismo de defesa utilizado pela criança como um meio para se defender de um ambiente interpretado por ela como hostil e ameaçador.

E a partir de 1981 a psiquiatra inglesa Lorna Wing, passa a publicar vários casos estudados por Hans Asperger até então pouco conhecidos e deu a eles o nome de Síndrome de Asperger.

Conforme afirma Silva, Gaiato e Reveles (2012) Lorna Wing foi a primeira pessoa a descrever os três principais sintomas do autismo que são: alterações na socialização, comunicação/linguagem e comportamento. E tinha por objetivo divulgar a ideia de que os sintomas relacionados a qualquer uma dessas competências pode ocorrer em diferentes graus



de intensidade e, portanto, manifestando-se de formas diferentes. Nessa mesma década o psicólogo comportamental Ole Ivar Lovaas trouxe o pensamento de que crianças autistas aprendem novas habilidades por meio da técnica da terapia comportamental. Seus trabalhos traziam mais resultados evidentes do que a terapia psicodinâmica.

Nesse período o autismo infantil ainda pertencia a um subgrupo dentro das psicoses infantis, isto é, era considerado uma forma de esquizofrenia, o que ainda hoje faz com que alguns profissionais usem a forma errônea de denominá-lo como “psicose infantil” para se referir as crianças autistas. Entretanto, na década de 80 o autismo foi reconhecido como um transtorno diferente da esquizofrenia, o que gerou mais pesquisas científicas, uma denominação diagnóstica correta e com critérios específicos.

Ainda de acordo com Silva, Gaiato e Reveles (2012) a datar desses estudos até a criação do CID 9 (Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados a saúde, 9º Ed.) e o DSM-III (Manual de diagnósticos e estatísticos de transtornos mentais, 3º Ed.) que são manuais utilizados por profissionais da área médica e da saúde mental. O Autismo aqui ainda era entendido por diferentes visões. Entretanto, com as revisões subsequentes desses manuais, ou seja, o CID 10 e o DSM-IV no ano de 1993 e 1994, respectivamente, há uma melhor determinação e entendimento a respeito do autismo.

Seguindo nesse contexto, em dezembro de 2007, a ONU decretou o dia 2 de abril como sendo o Dia Mundial de Conscientização do Autismo (World Autism Awareness Day — WAAD), e foi celebrado pela primeira vez no ano de 2008. Tal evento tem por objetivo chamar a atenção para os transtornos do espectro autista, que afetam cerca de 70 milhões em todo o mundo sendo mais comum em crianças do que AIDS, câncer e diabetes juntos.

E mais recentemente segundo Biasão (2014), em 2013, com o lançamento do DSM-V esses termos deixaram de existir passando a integrar ao TEA que inclui indivíduos com déficit de comunicação social, interesses restritos e estereotípias.

Biasão (2014) conceitua o TEA como uma doença do neurodesenvolvimento que possui influências genéticas e ambientais e que atinge cerca de uma a cada cem crianças. Assim sendo, o diagnóstico precoce é essencial para a boa evolução do quadro, já que não há cura e o tratamento tem como base a estimulação que possui resultados melhores e mais eficazes na criança que a recebe desde pequena devido à plasticidade neural que é maior.

Ainda não existe uma causa específica para o TEA. O transtorno é interpretado de acordo com diferentes campos de investigação, ou seja, a concepção a seu respeito relacionado



de acordo com a visão de cada profissional acerca da relação entre o desenvolvimento e a psicopatologia.

Segundo Chiote (2015) o tratamento ou as intervenções para este transtorno estão diretamente ligados aos campos de estudos. Na área médica, os estudos podem partir de uma base genética ou neurológica no que diz respeito à causa orgânica e assim o tratamento na maioria das vezes é realizado por meio de remédios. Já na psicologia, as pesquisas sobre o transtorno concentram-se em abordagens cognitivista ou psicanalítica que demonstram diferentes pontos de vista sobre a criança com TEA e o desenvolvimento.

O enfoque comportamentalista é baseado na ideia de análise experimental do comportamento nos estudos da aprendizagem. As intervenções são realizadas a partir da configuração de determinadas condições ambientais com o propósito de reduzir e adequar os comportamentos inadequados da criança.

Já a abordagem cognitiva tenta compreender o Autismo por meio dos déficits cognitivos primários no processo perceptual. Dessa maneira, as intervenções nesta abordagem têm como propósito favorecer mudanças no funcionamento cognitivo do indivíduo com TEA.

Enquanto, o tratamento na concepção psicanalítica compreende o transtorno a partir da falta de algo que o sujeito não recebeu devido a falhas do outro primordial que tem como papel incluir a criança no sistema da linguagem possibilitando assim o desenvolvimento de toda a sua condição humana. Assim, as intervenções ocorrem por meio de tratamentos psicoterapêuticos clínicos e educacionais. E, vê a escolarização como uma alternativa terapêutica, pois é percebida como um local subjetivante para as crianças autistas.

Apesar da riqueza de cada perspectiva, há um consenso de que nenhum modelo teórico sozinho consegue explicar de forma ampla e satisfatória a complexidade do TEA; por isso, a necessidade do trabalho multidisciplinar e o respaldo das pesquisas.

Assim sendo, embora não desconsideremos as outras abordagens, enfatizamos a abordagem psicanalítica, à medida em que esta tem como foco à criança em si e não, como por exemplo, os déficits cognitivos ou as estereotípias.

Nessa perspectiva, a escolarização das crianças com esse transtorno é algo que ainda está em construção marcado por diferentes maneiras de compreender essas crianças, seu desenvolvimento, suas reais potencialidades e possibilidades educativas.

Temos consciência de que historicamente a escolarização dessas crianças ficou a cargo das instituições especializadas de educação especial. O atendimento das crianças com TEA



nesses locais restringiam-se ao modelo clínico médico no qual as intervenções educativas tinham como foco a deficiência do educando.

Somente por volta da década de 70, observamos um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, porém antes eles necessitavam ser preparados e adaptados ao meio social. Desse modo, a sociedade limitou o lugar da criança com TEA a espaços clínicos com intervenções das abordagens comportamentalista.

A partir dos anos 80 a prática da integração social no cenário mundial teve seu maior impulso como um reflexo dos movimentos de luta pelos direitos à educação dos deficientes. No Brasil, essa década representou também um tempo marcado por muitas lutas sociais a favor da população marginalizada.

Com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) ficou assegurado o direito de todos à educação, garantindo, assim, o atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais. E em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996) vem reforçar a obrigação do país em promover à educação as pessoas com necessidades educacionais especiais. Entretanto, os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos alunos garantidos pela lei na prática ainda não se efetivaram como deveria.

Segundo Chiote (2015), apesar de o acesso escolar às pessoas com necessidades educativas especiais terem sido garantidos por leis e documentos seja no âmbito nacional, estadual ou municipal somente a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e de outros documentos legais, como por exemplo, o Decreto nº 6.571 (BRASIL, 2008) e a Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) que os educandos com transtornos globais do desenvolvimento passaram a ter garantido o seu direito a escolarização.

Nesse contexto, um grande avanço na trajetória da luta pelos direitos das pessoas com TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA) foi a aprovação da Lei Berenice Piana nº 12.764 (BRASIL, 2012) - aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidente Dilma e publicada no dia 28 de dezembro de 2012.

E, a partir dessa lei ocorreu o aumento da matrícula de crianças com TEA no ensino regular e aumentou-se a discussão sobre quem são essas crianças, como aprendem, quais suas necessidades e as práticas a serem adotadas nos cursos de formação inicial e continuada dos professores.



Portanto, cremos que a inclusão escolar possibilita a crianças com este transtorno o encontro e convivência com outras crianças, cada qual com suas particularidades. Assim sendo, o espaço escolar oportuniza vivências e a experiências infantis por meio da relação com outras crianças. Entretanto, sabemos que incluir vai muito além do que colocar a criança com TEA no ensino regular e deixá-la sem nenhum tipo aprendizagem e desenvolvimento. Por isso, se faz necessário proporcionar aprendizagens significativas, investir em suas potencialidades enxergando-as como um sujeito que aprende, pensa, sente, participa e se desenvolve em um grupo social.

## **DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CONCEPÇÃO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

A aprendizagem, segundo Vigotsky (2000) impulsiona o desenvolvimento intelectual e os fatores sociais possuem um papel crucial no desenvolvimento cognitivo sendo que a aprendizagem infantil inicia-se muito antes da aprendizagem escolar. Posto isso, a aprendizagem e o desenvolvimento estão conectados desde o nascimento da criança. E, a aprendizagem oportuniza o desenvolvimento das funções psicológica superiores.

Nessa ótica, de acordo com Pasqualini (2013) para a concepção Histórico-Cultural o desenvolvimento psíquico se processa por meio de mudanças qualitativas e essas transformações diferenciam-se quanto a qualidade da relação da criança com o mundo.

E, de acordo com a autora em questão, a cada momento do desenvolvimento há uma atividade predominante e as outras são secundárias e a mudança de atividade predominante marca a transição de um novo período de desenvolvimento. E, as transições são marcadas por um salto qualitativo e por um momento de crise que se alternam no desenvolvimento.

Portanto, na perspectiva da concepção histórico-cultural a ação educativa intencional, sistematizada e humanizada possui um papel essencial no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Diante disso, cabe a educação infantil não se voltar somente para o processo de escolarização, mas considerar as especificidades do trabalho com crianças pequenas e realizar atividades que potencializem o desenvolvimento global infantil.

## **DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL**



Segundo Chiote (2015) quando uma criança recebe o diagnóstico de TEA ela é encaminhada para instituições educativas, onde ela entra em contato com outras crianças com o mesmo transtorno e com particularidades semelhantes as suas. E assim, as vivências sociais e infantis que compartilham pouco favorecem para superar suas limitações apresentadas pelos critérios do diagnóstico.

Nesse processo de reabilitação e adequação social, bem como, as práticas educativas baseiam-se na maioria das vezes em métodos que se restringem a mudanças comportamentais por meio de treinos e repetições que não contribuem para inserção dessa criança nas relações sociais necessárias ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

De acordo com Braga e Rossi (2012), para Vigotski o comportamento humano é construído pelas particularidades e as condições orgânicas e sociais de seu desenvolvimento. Ele crê que no alicerce do desenvolvimento humano estão os fatores biológicos decisivos das condutas inatas das pessoas e que sobre esta base as condutas adquiridas vão se formando por meio da interação social no ambiente em que os indivíduos crescem e se desenvolvem.

Nessa perspectiva, aceitar as características inatas, como situações permanentes da pessoa com TEA é não levar em conta as experiências no ambiente familiar, escolar e social, as quais são fundamentais no desenvolvimento das funções essencialmente humanas.

Conforme Braga e Rossi (2012) não há diferença entre as crianças típicas e as atípicas, pois, todas as crianças seguem a mesma linha de desenvolvimento, diferenciando-se somente na maneira como se desenvolvem. E embora, a base orgânica tenha sua importancia no desenvolvimento humano somente as características biológicas não são suficientes para humanizar os homens.

Desse modo, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores só é possível na medida em que ocorre a inserção do sujeito na cultura produzida historicamente. Assim, compreender o processo de aprendizagem em uma perspectiva dialética implica em romper com concepções que enxergam no TEA somente desvios, déficits e anormalidades. Assim sendo, é muito importante o desenvolvimento de uma nova concepção a respeito do transtorno enxergando assim tanto as potencialidades como as possibilidades para esses sujeitos.

Nesse sentido, baseado na Teoria Histórico-Cultural é importante situar a criança com TEA no meio social, a fim de que ela seja significada e constituída pelo outro. Isso sem desconsiderar suas particularidades como sujeito que pensa, deseja, sente e representa o mundo que a cerca de um modo muito particular.



Portanto, a educação da criança autista é um modo social de organização que lhe possibilita à apropriação do conhecimento historicamente socializado e os signos podem conduzi-la a um comportamento que diferencia do desenvolvimento orgânico e gera novos modos de processos psicológicos baseados na cultura.

## **INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Uma prática educacional transformadora segundo Barroco et al. (2009) necessita de um embasamento teórico e histórico que permitam o saber-fazer na busca de outra sociedade menos excludente em relação às possibilidades reais de humanização. Assim sendo, pensar as contribuições da teoria de Vigotski implica essencialmente num empenho com as precisões sociais humanas, ou seja, aquelas que possibilitem ao máximo a humanização dos sujeitos. Em relação à educação dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, ela é adotada como um recurso que leva à compreensão dos rumos tomados na defesa do atendimento educacional as pessoas que se desenvolvem, porém por caminhos distintos da grande maioria.

Um olhar diferenciado sobre as possibilidades dessas crianças ganha especial relevância uma vez que é por meio da aquisição e conquistas e progressos elaborados pela humanidade que reside a condição verdadeiramente humana de cada indivíduo no contexto histórico-cultural em que está inserido. Compreender esses indivíduos em suas especificidades de desenvolvimento em meio a uma sociedade que oportuniza adaptações e alternativas educacionais diante das necessidades singular dos indivíduos é o que possibilita o vir-a-ser de cada sujeito, como parte do processo de humanização de cada sujeito.

Nesse sentido, Barroco et al. (2009) afirma que para Vigotski é fundamental termos um olhar próspero no atendimento de sujeitos com necessidades educacionais especiais, considerando suas possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento. Tem-se como base que os sujeitos podem ‘vir a ser’ diante de intervenções e mediações enriquecidas o que necessita ter uma compreensão dialética dos fenômenos psíquicos em seus aspectos subjetivos e objetivos, em seu contexto sócio-histórico até mesmo em relação ao devem ser oportunizadas formas culturais de compensação.

Assim, ao considerarmos a máxima de Vigotsky que a cultura oportuniza a superação dos limites biológicos, o foco deve estar no ‘vir a ser’ dos sujeitos na busca do aprimoramento dos meios e recursos teóricos e prático-metodológicos que possam ser refletidos por meio do conhecimento científico.



Diante dessa perspectiva, Camargo e Paes (2014) afirmam que o atendimento da criança com TEA demanda que o educador possua um conhecimento basilar a respeito de tal transtorno e suas características, para que o trabalho pedagógico ajude o educando a desenvolver vínculos afetivos e assim possibilite uma vida social.

Neste sentido, o trabalho no centro de educação infantil precisa de contribuições que se estendem para fora do âmbito escolar, ou seja, se faz necessário a contribuição da família e dos especialistas que cuidam dessa criança.

Posto isso, o trabalho do educador na educação infantil tem como propósito maior o desenvolvimento expressivo, motor, social, afetivo, cognitivo e linguístico dos pequenos por meio da mediação pedagógica que é caracterizada pela intencionalidade e sistematização.

Desse modo, segundo Chiote (2015), no desenvolvimento da criança com TEA o interesse tem que estar focado nos processos de sentido da atividade dessa criança por meio da mediação pedagógica na educação infantil. Assim sendo, se faz necessário compreender e analisar como as práticas são experienciadas e denotadas pela criança com TEA, de uma maneira que seja possível observar nessa criança indícios de compartilhamento dos significados ali produzidos a partir do modo que ela participa e interage considerando as suas particularidades.

Assim sendo, a mediação pedagógica realizada pelo educador e o modo como ele conduz o processo, mediando as interações da criança com TEA, pode contribuir ou limitar suas aprendizagens, o que leva ao impulsionamento ou restrição do seu desenvolvimento. E a relação entre o educador e a criança com esse transtorno não pode se realizar de modo desvinculado do afeto. O vínculo afetivo provoca o pensamento e a ação conduzindo assim ao universo do desejo, da necessidade e da vontade.

Consideramos, que a inclusão concreta não depende das condições de necessidades especiais do sujeito nem de suas limitações, mas sim na crença em suas potencialidades, bem como, na interação, na acolhida, na socialização, na adaptação do indivíduo ao grupo e principalmente, na mudança e adaptação necessária da escola para atendê-lo e a formação de qualidade dos profissionais que atuam nessa instituição.

## **DIALOGANDO E PENSANDO À GUIA DE CONCLUSÃO**

No decorrer do presente estudo que esteve voltado a investigar a educação escolar de crianças com TEA em idade de educação infantil, foi possível verificar que a inclusão da criança com TEA na educação infantil além de possível é extremamente importante, pois



contribui significativamente no desenvolvimento integral de todas as crianças independente de terem o TEA ou outra condição, pois a Educação Infantil é uma etapa essencial na vida infantil, pois possibilita a criança desenvolver todos seus aspectos globais.

Desse modo, o papel da escola e do educador é muito importante no processo educativo, sendo fundamental ter um olhar diferenciado sobre as possibilidades das crianças com TEA uma vez que é por meio da aquisição de conquistas e conhecimentos elaborados pela humanidade que reside a condição verdadeiramente humana de cada indivíduo no contexto histórico-cultural em que está inserido.

No contexto familiar se formam as expectativas, sonhos e desejo; na escola, os conhecimentos elaborados pelos homens possibilitam e contribuem para os alicerces de uma formação elaborada. Desse modo, a escola deve ser um local de alegria e ampliação de vontades e desejos, principalmente do desejo de aprender, pois na escola a criança recebe formação cultural tornando-se membro da sociedade não sendo diferente isto para criança com TEA.

A instituição escolar é local de desenvolvimento do saber e deve atentar para não se tornar um local de retaliação e castração de sonhos e expectativas dos alunos. Família e escola devem ser parceiras no objetivo de formar um aluno com iniciativa, autônomo e afetivamente resolvido. Assim sendo, a parceria entre família e escola deve ser ainda maior no caso dos alunos com necessidades educacionais especiais. E no, caso da criança com TEA, escola e família precisam contar também com o auxílio e ajuda de outros profissionais como, por exemplo, o psicopedagogo e os profissionais de saúde que cuidam dessa criança, pois está é uma parceria fundamental na inclusão da criança com TEA no universo da educação infantil. Por isso, o contexto familiar e escolar são os que mais influenciam na formação dos traços de personalidade da pessoa e no desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, pois é neles que a criança passa a maior parte do tempo.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, S. M.S.; LEONARDO, N. S. T.; SILVA, T. S. A. (Orgs.) **Transtornos Globais do Desenvolvimento: dos encaminhamentos Históricos ao Contraponto Histórico-Cultural.** Educação especial e Teoria Histórico-Cultural: em defesa da humanização do homem. Maringá: Eduem, p. 98-123, 2012. ISBN 978.85.7628.505-2.

BIASÃO, M. de C. R. **Transtorno do Espectro Autista (TEA).** In: MORI, Nerli Nonato Ribeiro; CEREZUELA, Cristina (ORGs). **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão: Aspectos Históricos, Clínicos e Educacionais.** Maringá: Eduem, 2014.



BRAGA, I. S. ROSSI, T M de F. **Desenvolvimento da criança com o espectro de autismo na abordagem histórico-cultural de Vygotsky.** 2012. Disponível em: <[http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista\\_saberes\\_praticas/pasta\\_upload/artigos/a31.pdf](http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista_saberes_praticas/pasta_upload/artigos/a31.pdf)> Acesso em 11 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, MEC, 1996.

CAMARGO, J.S. PAES, D.F. **O Autismo Infantil e a Relação Professor Aluno.** In: MORI, N.N.R.; CERZUELA, C. (Eds.). *Transtornos globais do desenvolvimento e inclusão: aspectos históricos, clínicos e educacionais.* Maringá: Eduem, 2014, cap. 9, pág. 160-167. CHIOTE, F. de A. B. *Inclusão da criança com autismo na educação infantil - trabalhando a mediação pedagógica.* 2º Ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 20 de março de 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas S. A, 2002.

LOPES, Bruna Alves. **Autismo e Culpabilização das Mães: Uma leitura de Leo Kanner e Bruno Bettelheim.** 2020. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503543977\\_ARQUIVO\\_AUTISMO-E-CULPABILIZACAO-DAS-MAES-UMA-LEITURA-DE-LEO-KANNER-E-BRUNO-BETTELHEIM.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503543977_ARQUIVO_AUTISMO-E-CULPABILIZACAO-DAS-MAES-UMA-LEITURA-DE-LEO-KANNER-E-BRUNO-BETTELHEIM.pdf)> Acesso em 10 de maio de 2020.

PASQUALINI, J. C. **Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da Escola de Vygotski:** a Teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: Ana Carolina Galvão Marsiglia. (Org.). *Infância e Pedagogia Histórico-Crítica.* Campinas: Autores Associados, 2013, p. 71-97.

SAYEGH, F. **As Relações Entre Desenvolvimento e Aprendizagem Para Piaget e Vygotsky.** 2006. Disponível em: <<http://www.profala.com/artpsico60.htm>> Acesso em 20 de maio de 2020.

SILVA, A. B. B. G., M. B. REVELES, L. T. **História do Autismo.** Mundo Singular: Entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar. 2012. p. 157-167.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKY, L. S. *Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.* In: VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.* 7. ed. São Paulo: Ícone, 2000. p. 113-119.

WALLON, H. *Psicologia e educação da infância.* Lisboa: Editorial Estampa, 1975.